

Relato de experiência sobre o papel dos estágios de sociologia na formação docente e a crise da educação no Brasil e no estado do paraná

Almeida, Aline; Silva, Aline; Kruczeveski, Laís Regina

Ver ffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Almeida, A., Silva, A., & Kruczeveski, L. R. (2019). Relato de experiência sobre o papel dos est gios de sociologia na forma o docente e a crise da educa o no Brasil e no estado do paran . *Idealogando: revista de ciências sociais da UFPE*, 3(1), 37-54. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-65491-4>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC-SA Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell-Weitergabe unter gleichen Bedingungen) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.de>

Terms of use:

This document is made available under a CC BY-NC-SA Licence (Attribution-NonCommercial-ShareAlike). For more information see:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

Aline Maria da Silva Almeida* Aline Oliveira Gomes da Silva**
Laís Regina Kruczeveski***

EXPERIENCE REPORT ABOUT THE ROLE OF SOCIOLOGY INTERNSHIP IN THE TEACHER TRAINING AND THE EDUCATION CRISES

Resumo

Este estudo centra seu foco em um relato acerca de experiências vivenciadas no campo escolar e nas atividades relativas à educação, dentro do calendário de atividades propostas para a formação docente no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, no decorrer dos anos de 2016 e 2017. Pretende-se realizar reflexões sobre impressões acerca do trabalho docente, do ambiente escolar, do papel da Sociologia na formação escolar e, principalmente, do momento crítico pelo qual passa a educação, com destaque para acontecimentos nacionais e estaduais que afetaram a educação e a escola pública no período de realização dos estágios. Em síntese, foi possível constatar que a prática docente no cotidiano escolar vai muito além das retratadas nas teorias. A escola e a prática docente devem, portanto, atentar-se às multiplicidades sociais e questões diretamente ligadas ao contexto escolar, sobretudo em períodos em que a formação em licenciatura é tão desvalorizada no país. Deve-se reforçar o papel do professor como pesquisador e também valorizar o papel da resistência e ação dos jovens, que podem se constituir em caminhos promissores para a superação dos desafios que a educação enfrenta atualmente.

Palavras - Chave: Sociologia. Ensino de sociologia. Escola pública.

Abstract

This study focuses on a report about experiences in the school field and on activities related to education, within the calendar of activities proposed for teacher training in the Social Sciences course at State University of Londrina, during 2016 and 2017. It is intended to make reflections on impressions about the teaching work, the school environment, the role of Sociology in the school formation and, especially, the critical moment through which education goes through, highlighting national and state events that affected education and the public school during the period of the internships. In summary, it was found that the teaching practice in daily school goes far beyond those portrayed in theories. School and teaching practice must therefore pay attention to social multiplicities and issues directly linked to the school context, especially in periods when undergraduate education is so undervalued in the country. The role of the teacher as a researcher should be reinforced, as well as the role of youth resistance and action, which can be promising ways to overcome the challenges facing education today.

Keywords: Sociologia. Ensino de sociologia. Escola pública.

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná

** Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina e Mestra em Educação pela mesma instituição

*** Mestra e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

O principal objetivo da disciplina de Estágio no Curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina é promover um aprofundamento dos conhecimentos acerca da licenciatura de Ciências Sociais no seu *habitat* natural, ou seja, em sala de aula. Esse primeiro contato realiza-se no 6º período do curso e é relevante para a formação de um docente, pois nem todos os estudantes têm a chance e a disponibilidade de participar de projetos de iniciação à docência no contraturno, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de Ciências Sociais, por exemplo. Destaque-se que o estágio é importante porque propicia importantes experiências práticas que permitem que os estudantes vivenciem à docência para além da teoria.

Para a melhor sistematização dessas experiências, este relato foi dividido entre as seguintes partes: análise contextual, análise da escola, análise das aulas de Sociologia e lições do estágio para formação docente. Espera-se que o leitor compreenda cada uma dessas partes como importantes para o entendimento sobre o papel do ensino da Sociologia na formação escolar, seja no ensino médio regular, seja na educação para jovens e adultos.

A análise contextual tem por meta não apenas localizar a Sociologia no âmbito da educação básica, mas também elencar alguns desafios para os professores recém-formados na área das ciências humanas, além de analisar situações no cotidiano escolar que devam ser enfrentadas, caso aconteçam, principalmente em se tratando de tentativas de cerceamento da prática docente. A análise da escola trará dados da instituição em que foi realizado o estágio e também uma tentativa de problematização sociológica sobre o ambiente escolar e as relações estabelecidas no seu interior. A análise das aulas de Sociologia se aterá aos seus conteúdos, andamento e validade na formação escolar. As lições do estágio para a formação docente compreendem contribuições do estágio para a prática docente e também trazem uma análise dos acontecimentos relevantes e singulares no decorrer da prática de estágio, com destaque para a experiência das ocupações e greves estudantis ocorridas no ano de 2016.

ANÁLISE CONTEXTUAL

Essa análise contextual tratará de algumas questões pontuais para o entendimento de entraves que os profissionais na área de educação no Paraná e em todo Brasil têm sido obrigados a enfrentar. No que toca ao estado do Paraná, desde 2011, a partir do início do

governo Beto Richa (PSDB-PR) ocorreram retrocessos na área da educação, com a redução dos direitos dos professores e dos estudantes, como, por exemplo, a redução da hora atividade dos professores (ABDALLA, 2017), tentativas de fechamento de cursos que oferecem educação de jovens e adultos (MELLO, 2015), falta de reposição salarial aos professores (APP SINDICATO, 2018), entre outros. Além disso, em âmbito nacional, mais uma vez a disciplina de Sociologia (instituída como matéria curricular obrigatória apenas a partir de 2008, por meio da Lei 11.684) (BRASIL, 2008) tem sofrido ataques por forças conservadoras, como é o caso do Programa Escola sem Partido (ESP).

O ESP apresenta-se como “uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica e partidária” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019), entretanto, existem dois projetos de lei tramitando nas duas casas: Câmara dos Deputados PL867/2015 e Senado PL93/2016 que, dispõem sobre inclusão do “Escola sem Partido” entre as LDBEN (BRASIL, 1996), propostos pelo deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF) e pelo ultraconservador senador (e também pastor evangélico) Magno Malta (PR-ES).

O deputado Izalci Lucas, por exemplo, é o mesmo deputado que apresentou, em 2013, o PL6.003, que teve como tentativa a desobrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no ensino médio. Após sofrer pressão externa em 2014, o texto foi modificado, e o PL foi arquivado. Entretanto, a partir de 2015, o foco centrou-se no projeto de lei do Escola sem Partido, que não desobriga o ensino de Sociologia, mas cerceia a prática dos professores de Sociologia por meio de exigências, como a obrigatoriedade de as instituições de educação básica afixarem nas salas de aula e nas salas dos professores cartazes com os deveres dos professores, entre eles o de não debaterem temáticas que se relacionem com concepções de ideologia, religião, moral e, até mesmo, análise de políticas partidárias. A justificativa para tais sanções baseia-se em um “princípio de neutralidade”. O ESP possui vários desdobramentos municipais, oriundos de uma perspectiva política que avançou a partir de 2010, como destaca Miguel (2016):

Uma das características notáveis da política brasileira dos anos 2010 é o avanço, no debate público, de vozes abertamente conservadoras. É razoável estabelecer que, a partir do fim da ditadura militar, o combate à desigualdade extrema e a defesa dos direitos humanos formavam a base de um consenso – mesmo que apenas verbal – entre todas as forças políticas relevantes. Havia quem se insurgisse contra este consenso, mas eram excêntricos sem maior peso no debate público. Agora, ao contrário, é perceptível uma significativa presença de discursos em que a desigualdade é exaltada como corolário da “meritocracia” e em que tentativas de desfazer hierarquias tradicionais são enquadradas como crime de lesa-natureza. Nestes discursos, também ganha uma nova legitimidade a velha ideia dos direitos humanos como uma fórmula que concede proteção indevida a pessoas com comportamento antissocial. Versões (em geral moderadas) destas posições ocupam lugares centrais na coalizão que desferiu o golpe parlamentar de maio de 2016, de

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

uma maneira como nunca ocorrera antes: mesmo nas gestões de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso, em que as forças mais conservadoras estiveram à frente do governo, as políticas de retração do Estado eram denunciadas pelos opositores como promotoras de desigualdade, mas justificadas por seus idealizadores por pretensos efeitos contra intuitivos a médio e longo prazos. O aprofundamento da igualdade política e a defesa dos direitos humanos também eram apresentados como objetivos de governo (MIGUEL, 2016, p. 592).

No município de Londrina, pelas mãos do vereador Filipe Barros (PRB-PR), o Projeto nº 26/2017 propõe instituir no sistema de ensino do município o Programa “Escola Sem Partido”, representando clara afronta à liberdade de expressão dos professores em Londrina. Conforme destaca Penna (2018), uma das estratégias do ESP é associar a imagem de professores aos baixos índices escolares que o país obtém, bem como também buscam associar os professores que realizam debates sobre inclusão, principalmente os debates que envolvem discussões sobre gênero, relacionando-os com situações de abusadores e estupradores, a fim de, assim, convencer a população de que tais debates não devem ser realizados na escola. Em relação ao conhecimento que a escola deve ou não trabalhar, é importante ressaltar que:

Se o conhecimento científico tem como fim entender quais as determinações que produzem os fenômenos da natureza e os sociais, em sociedades cindidas em classes sociais com interesses conflitantes e antagonicos, as concepções de natureza e sociedade e de ser humano, os métodos de apreendê-las e os resultados que daí advêm não são neutros e, portanto, são políticos (FRIGOTTO, 2017, p. 29).

Diante disso, nota-se como a própria construção de conhecimento dentro da sociedade está marcada por interesses sociais. Sendo assim, quando o programa ESP afirma querer que a escola discuta apenas conhecimentos “neutros”, percebe-se que se colocam em uma posição política bem delimitada, qual seja, posicionada a favor da *status quo*.

Destaque-se que desde a Reforma Educacional de Benjamin Constant, realizada no ano de 1890, período em que ocorreu a primeira tentativa (frustrada) de tornar a Sociologia disciplina obrigatória, até a atual Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), os profissionais da área têm encontrado, além dos desafios cotidianos, problemas com o campo institucional na disputa dos espaços de hegemonia e construção do conhecimento.

Moraes (2014) destaca três principais perspectivas ligadas ao debate do ensino de Sociologia na educação básica que fazem parte da discussão sobre os desafios da disciplina nas escolas brasileiras. A primeira perspectiva trata-se do cuidado que se deve tomar em relação ao ensino de Sociologia como ciência e não como discurso ideológico; a segunda perspectiva

centra-se na questão de que a Sociologia na escola deve atender-se como elemento conscientizador e transformador social; por fim, a terceira perspectiva teórica destaca-se pelo seu caráter de alfabetização científica, que direciona os estudantes ao aprendizado de métodos e teorias a fim de proporcionar-lhes compreensão crítica da realidade social.

Além disso, apesar das inúmeras tentativas da implantação da obrigatoriedade da Sociologia nos currículos escolares, Bodart e Silva (2016) apontam que, apesar dos desafios sempre presentes nesse percurso, e da recente obrigatoriedade da disciplina na grade curricular, a prática docente do ensino de Sociologia não esteve completamente ausente das salas antes disso. De acordo com os autores “embora a prática docente de Sociologia tivesse sido ampliada nos últimos anos, já existiam experiências didáticas anteriores, bem como manuais e professores licenciados; é certo que de forma precária” (BODART, SILVA, 2016, p. 199).

Apesar dessas experiências anteriores, mesmo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, que continha em sua formulação um apelo à modernidade impulsionada por diversos intelectuais, não foi capaz de proporcionar a obrigatoriedade. Após esse período, com a ditadura militar instaurada no Brasil, essas questões ficaram paralisadas, sendo possível somente apontar alguns impulsos após a reabertura democrática, das eleições diretas e do processo de construção da Constituição de 1988.

O processo de construção das novas diretrizes da educação de 1996 está intrinsecamente ligado à construção da Constituição de 1988. Com a abertura política, ocorreu uma intensa movimentação da sociedade civil, com destaque para a pressão que os movimentos sociais exerceram sobre a construção do texto da Constituição, principalmente no que toca às reivindicações no campo da educação. Entretanto, o texto final da LDB, de 1996, deixou um pouco a desejar pela abstração e, a partir disso, não há clareza quanto a institucionalização do ensino de Sociologia (BRASIL, 2006, p. 103).

A criação dos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (PCNEM) do ano de 1999 (BRASIL, 1999) foi influenciada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do ano anterior, e nele a disciplina de Sociologia aparecia como conteúdo transversal a ser desenvolvido em caráter multidisciplinar. Já em 2001, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, vetou o Projeto de Lei Complementar n.º 9/2000 (BRASIL, 2000) do deputado padre Roque (PT-PR) que previa, baseado na LDB de 1996, a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio (FHC..., 2001). A justificativa do veto foi creditada à falta de profissionais formados na área e o ajuste de custos, uma vez que a contratação em nível nacional aumentaria

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

os gastos com a educação. Somente em 2008, já no governo Lula, por meio da Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, a disciplina de Sociologia - juntamente com Filosofia - foi institucionalizada como obrigatória.

Atualmente, existe o PL1446/2011 (BRASIL, 2011) em tramitação, apresentado pelo deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), a ser analisado pelo Senado, cuja última tramitação ocorreu em 01/12/2015, na qual o projeto foi enviado ao Senado Federal por meio do Of. nº 680/15. Esse projeto estabelece a competência exclusiva para o ensino da Sociologia aos licenciados em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais (BRASIL, 2011). O referido projeto altera a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a profissão de sociólogo e seria de extrema importância na luta pela expansão do campo de atuação dos licenciados em Ciências Sociais, garantindo, assim, a empregabilidade na profissão em escolas do Brasil.

Na contemporaneidade, ainda há a questão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que influenciará diretamente a forma como será colocada em prática a Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, antiga MP746, que estabeleceu a reforma do Ensino Médio. Entretanto, pode-se de antemão fazer alguns apontamentos. A reforma do novo Ensino Médio por meio de lei afirma que a BNCC do ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, artes, sociologia e filosofia, mas especialistas apontam que a Lei, ao tratar como “estudos e práticas”, mais uma vez não obriga que sociologia e filosofia sejam ministrados como disciplinas.

Ademais Ferreira e Santana (2018) apontam a intensificação nos últimos anos, de forma mais explícita a partir do impeachment de Dilma Rousseff (PT), da perspectiva política e ideológica conservadora. Segundo os autores, a partir da chegada de Michel Temer (MDB) à presidência, a agenda neoliberal ganhou forças ocasionando a reforma do ensino médio e novamente atingindo o ensino de sociologia das escolas brasileiras.

Outro ponto que se destacou na instituição da BNCC foi a participação de inúmeros grupos privados no Movimento Pela Base¹; em contrapartida, houve falta de consulta às associações de profissionais diretamente envolvidos com educação no Brasil, o que leva à necessidade de se refletir sobre os efeitos das interferências de agentes políticos privados, ávidos por incorporar vigorosamente à educação pública uma lógica empresarial. Possivelmente,

¹ O Movimento pela Base Nacional Comum é um grupo não governamental de profissionais da educação que desde 2013 atua na construção da BNCC) tais como Fundação Lemann, de Jorge Paulo Lemann, um dos controladores da cervejaria Anheuser-Busch InBev e do fundo de participações 3G Capital (dono do Burger King, Americanas, Submarino, Shoptime e da Heinz).

a Sociologia, dessa forma, pode ser abordada no ensino médio com uma perspectiva que objetive inclinar o alunado para a garantia de boas relações no futuro trabalho, já que a medida prevê “campos de simulação de trabalho” no contraturno; deste modo, pode-se empregar à Sociologia uma perspectiva mais funcionalista, ou seja, abordada no sentido de criar organização e colaboração nos ambientes de simulação de trabalho, em detrimento de uma Sociologia mais crítica das relações e organizações sociais em geral.

Como Martha Nussbaum (2009) já destacou no texto *Educação para o lucro, educação para a liberdade*, não somente o Brasil, mas o mundo inteiro enfrenta atualmente uma crise da educação que valoriza somente ensinamentos técnicos e voltados ao lucro e ao mercado de trabalho. Os riscos dessa exacerbada valorização para determinados conhecimentos pode gerar a desvalorização de conteúdos didáticos que lutam pelo rompimento de discriminações étnico raciais, de classe, regionais, religiosas e de gênero, que geralmente são associadas às artes e ciências da humanidade.

Esse cenário reflete nos inúmeros desafios enfrentados por profissionais das áreas das artes e humanidades, em especial, aqui, docentes de Sociologia desde períodos anteriores ao atual. A experiência do Colégio Estadual Albino Feijó, tratada adiante, é um exemplo dessa desvalorização do ensino das humanidades em diversos aspectos, seja pela formação voltada ao ensino técnico, seja pelo momento histórico retratado no período do estágio na escola.

ANÁLISE DA ESCOLA

O Colégio Estadual Albino Feijó Sanches está localizado na Rua Jacarezinho, número 80 na Zona Sul de Londrina, leva esse nome por homenagem a um pioneiro londrinense, que desembarcou na cidade no ano de 1934 (COLÉGIO ESTADUAL ALBINO FEIJÓ SANCHES, 2016). O colégio não possui ensino médio regular, mas sim ensino técnico. Possui espaço amplo, possibilitando o desenvolvimento de projetos paralelos como, por exemplo, o projeto da horta voluntária administrado pela supervisora do grupo do PIBID. Esse projeto paralelo atualmente é uma iniciativa heterogênea entre vários docentes. Inicialmente era um projeto vinculado ao curso Técnico em Meio Ambiente, com o passar dos anos, demais alunos se interessaram em ajudar e a horta se configura hoje como um projeto interdisciplinar abrangendo “as questões ambientais, a segurança alimentar e a segurança energética” (PPP, 2016, p.10).

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

Além disso, a comunidade desfruta de um dia na semana, às quintas-feiras na parte da manhã, para buscar os alimentos produzidos gratuitamente. No ano de 2005 foi implantado o curso técnico em meio ambiente subsequente — antigo pós-médio, e logo no início foram matriculados aproximadamente 80 alunos, formando assim duas turmas. Além da modalidade subsequente, a partir de 2006 o colégio proporcionou o curso técnico em meio ambiente integrado, que consiste em turmas de ensino médio com o ensino profissional.

No ano de 2010 também foi implantado o curso técnico em Química subsequente — antigo pós-médio. Logo no início foram matriculados aproximadamente noventa alunos, também com duas turmas. Nesse mesmo ano, também foi incluído o curso técnico em Química integrado ao ensino médio. O colégio Albino Feijó é formado por turmas não regulares do ensino médio. As observações e participações descritas neste relato são oriundas de estágios, participações em eventos e oficinas realizadas nos terceiros e no quarto ano do curso Técnico de Química. Importante ressaltar que esses alunos possuem aula de História apenas no primeiro ano do ensino técnico, tornando a formação na área de humanas muito precária. Nesse sentido, as aulas de Sociologia necessitam abranger também o contexto histórico e retomar constantemente alguns conceitos básicos para o andamento da aula.

As turmas do curso técnico são relativamente pequenas no terceiro ano de Química, e ainda menores no quarto ano de Química, chegando a quinze alunos. Isso porque muitos estudantes desistem do técnico integrado e terminam o ensino médio de forma regular. Quanto às condições materiais, no geral a escola possui muita qualidade. A sala dos professores é bem ampla/arejada. Tanto os banheiros dos professores quanto os dos alunos são arejados, embora nos banheiros dos alunos sempre falte papel higiênico. Há 4 bebedouros com acessibilidade para cadeirantes e com água gelada espalhados pela escola, mais os bebedouros tradicionais ao lado de fora dos banheiros. Em relação às TVs, *pen drive* instaladas no Estado do Paraná, muitas apresentam déficit de funcionamento, quase sempre por falta de manutenção. Em relação a isso, a direção disponibilizou um *data show* portátil para ser utilizado nas salas de aula, com equipamento de som caso a TV não esteja funcionando, mediante reserva. Caso o aparelho de *data show* portátil esteja reservado, pode-se usar a sala de multimídia que a escola abriga, também mediante reserva.

A biblioteca é ampla e muito abrangente, de acordo com o projeto político pedagógico (COLÉGIO ESTADUAL ALBINO FEIJÓ SANCHES, 2016), possui dez mil livros, sobretudo na área de humanas. Possui grande parte das obras clássicas de ciências sociais, além de obras de

autores/as contemporâneos. Tem acesso facilitado à *internet* por meio de 4 computadores que podem ser usados por alunos e membros da comunidade externa, e 1 computador para consulta do acervo. A sala de multimídia possui equipamentos de som e filmagem, como filmadoras, retroprojetores, rádios, entre outros. Os laboratórios específicos do subsequente de química e enfermagem, também segundo o PPP, possuem os materiais necessários para o desenvolvimento destes cursos (COLÉGIO ESTADUAL ALBINO FEIJÓ SANCHES, 2016). Destaca-se na área da Sociologia, que a biblioteca possui sessões organizadas entre sociologia clássica, sociologia contemporânea, sociologia brasileira, manuais didáticos e apostilas preparatórias com conteúdo sociológicos atualizados para o ENEM e o vestibular da UEL.

O plano político-pedagógico do colégio possui diretrizes importantes, mas não são assim nomeadas no PPP, antes se referindo como regras que funcionam com padrões de qualidade. São denominadas “metas levantadas pelo nosso Colégio que tem como base, nos Códigos de Modernidade” (COLÉGIO ESTADUAL ALBINO FEIJÓ SANCHES, 2016, p. 29). São elas:

Quadro 1 – Metas de padrão de qualidade Colégio Estadual Albino Feijó

Domínio da leitura e da escrita
Capacidade de fazer cálculos e de resolver problema
Capacidade de analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações
Capacidade de compreender e atuar em seu entorno social
Receber criticamente os meios de comunicação
Capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo

Fonte: Colégio Estadual Albino Feijó Sanches (2016, p. 29).

Esse conjunto de metas tem o objetivo de direcionar cada professor/a à promoção de melhorias no colégio, referentes ao processo educacional e à construção de uma sociedade democrática e produtiva por meio do exercício da cidadania, não só dentro da escola, mas também após sair dela. A LDB 9394/96, no seu artigo 12, inciso I, afirma que cada estabelecimento de ensino terá que elaborar e executar sua proposta pedagógica, constituindo-se em um documento que expressa a intencionalidade educativa do coletivo, norteando as ações pedagógicas de toda a comunidade interna e externa da escola (BRASIL, 1996). E é exatamente nesse sentido que o PPP do Colégio Estadual Albino Feijó Sanches atua.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

Muito embora haja esse esforço da direção, há o reconhecimento de que “há campo para melhora, pois as demandas dificultam as atualizações de informações, que deverão ocorrer em alguns casos, dentro do mesmo dia.” (PPP, 2016, p.41). O documento não chega a mencionar os contratos temporários, os professores do PSS, enquanto um problema para o estabelecimento da completa comunicação, muito embora esse seja um debate colocado como um impedimento de plena experiência docente. Bodart e Silva (2016) apontam vários problemas que se configuram em precarização do trabalho docente em Sociologia. Os problemas mais significativos são a carga horária semanal em escolas diferentes, impossibilitando o professor de Sociologia conhecer de fato a cultura organizacional da escola, além da perda de tempo com deslocamento e o tempo de preparação para variados tipos de planos de aulas que se adequem a cada perfil de aluno que o professor encontra nas diferenciadas escolas. Além disso, ocorre na – não – convivência do docente de Sociologia com outros docentes, o problema do reconhecimento da sua identidade. Sobre isso, os autores apontam:

A escassez de recursos didáticos somado a falta de tempo de planejar as aulas devido a carga-horária extensa e os gastos decorrentes de deslocamentos para mais de uma escola, corroboram para uma prática docente precária. Além disso, a transição do professor de uma escola para outra, seja lecionando em duas ou mais escolas no mesmo, ou para nova escola a cada ano, pode impossibilitar que a identidade do professor seja reconhecida pelos demais. (BODART, SILVA, 2016 p.223 apud LENERT, 2011)

No Paraná, o sistema PSS no qual está inserido a maioria dos professores de Sociologia, não garante a empregabilidade do professor na mesma escola que atua ano após ano, dificultando mais uma vez a sequência pedagógica do seu trabalho com seus alunos. Como destacam SILVA e VICENTE (2014, p.78):

[...] o ensino de Sociologia ainda enfrenta alguns desafios, que ora são compartilhados com todas as disciplinas (reflexos de uma conjuntura educacional nacional), e ora são específicos de sua própria constituição e de seu passado instável. As pesquisas relativas ao campo escolar, específicos do ensino de Sociologia, tendem a revelar as dificuldades próprias do ensino de sociologia visando sua superação e desenvolvimento nacional.

Em síntese, dentre as várias grandes propostas abrangentes do PPP foi possível identificar, através de observações e participação, como ocorre a prática do projeto no ambiente

escolar. Destacou-se o papel do Colégio Estadual Albino Feijó Sanches enquanto escola democrática, de formação completa, do incentivo a articulação entre diretores, equipe pedagógica, professores e responsáveis pelos alunos.

ANÁLISE DAS AULAS

O período de análise compreende o período que se estendeu desde o final do mês de agosto/2016 até dezembro/2016. Ao todo foram cerca de 30 horas de observação que proporcionaram o que virá a ser relatado neste tópico. O primeiro ponto a ser levantado é que existe um elemento crucial para o ensino de Sociologia que é o constante estudo e resgate de matérias e assuntos atuais relevantes à Sociologia. Isso porque, nessa área, trabalha-se com o ser humano em movimento e, em tal perspectiva, também se trabalha muito as mudanças que a juventude tem passado nas últimas décadas. Diante disso, é fundamental que o docente acompanhe essas atualidades para que seja capaz de lecionar, estabelecendo pontes com a realidade dos estudantes.

O planejamento e o cálculo do tempo das atividades a serem desenvolvidas em cada aula também são essenciais, principalmente para que se possam encerrar as aulas sem deixar dúvidas em relação aos conceitos abordados, evitando-se possíveis distorções ou interpretações ambíguas ou equivocadas do conteúdo elencado. No início das observações das aulas, ocorria a preparação para a Semana da Consciência Negra que seria trabalhada na semana do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Essa preparação compreendia palestras e oficinas organizadas em sala de multimídia e efetuadas pelo PIBID de Sociologia da escola em todas as turmas de ensino médio, cujo tema foi “A estética negra como empoderamento na luta contra o racismo”.

Essa ação do PIBID de sociologia foi uma ação conjunta com a Equipe Multidisciplinar, que vinha promovendo pesquisas de perfil social com os alunos. Na ocasião daquele ano, a equipe estava empenhada em colher dados sobre discriminação racial dentro do colégio. Os dados demonstram que 90,3% dos alunos não consideram terem praticado nenhuma ação racista dentro da escola, muito embora 54% declararam já haver presenciado racismo dentro da escola (PPP, 2016, p.473) A disparidade de números pode demonstrar uma inconsistência do que é considerado racismo ou não. Além disso, 75% dos alunos declararam ser contra as cotas

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

raciais promovidas pelo governo federal, demonstrando mais uma vez a urgência de se discutir tais assuntos.

Na semana seguinte, no dia 28 de setembro de 2016, o tema da aula de Sociologia teve que ser reformulado para uma explanação sobre a Medida Provisória 746, que havia sido instituída pelo presidente Michel Temer (PMDB) na semana anterior, fato que causou intensa mobilização da sociedade civil, como, por exemplo, mesas de debate, fóruns e palestras explicativas. Boa parte dos estudantes posicionaram-se contrariamente à MP 746, atual Lei 13.415/2017 do “Novo Ensino Médio”, ao Projeto de Emenda Constitucional 55, antiga 241 (PEC do ‘teto de gastos’), à Reforma da Previdência, às privatizações, à Reforma Trabalhista e aos Projetos de Lei 867/2015 e 193/2016, que dispõem da inclusão do “Escola sem Partido” entre as diretrizes e bases da educação nacional, propostos pelo deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF) e pastor evangélico/senador Magno Malta (PR).

A palavra de ordem de “Nenhum direito a menos” foi abraçada pelos estudantes do movimento Ocupa Londrina. A MP 746, atual Lei 13.415/2017, juntamente com o encaminhamento da PEC55 para a votação na Câmara dos Deputados logo no início do mês de outubro/2016 foram o estopim para que ocorresse uma onda de protestos e ocupações nas escolas de todo Brasil. Além disso, também no início de outubro, paralelamente ocorreram paralisações e indicativos de greve dos docentes e servidores da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em associação com outras universidades do estado do Paraná, como a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e a Universidade Estadual do Paraná (Unespar). O motivo da greve foi o envio de uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de 2017, pelo governador Beto Richa (PSDB) à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). A emenda suspendia o reajuste salarial do funcionalismo previsto para janeiro de 2017. Porém, após negociações, sem bons retornos para os professores e servidores na UEL, o movimento grevista foi perdendo força e anunciou-se o fim da greve dos servidores/as da UEL, porém, em contrapartida, os alunos da UEL, após assembleia deliberativa, anunciaram o início da greve estudantil.

A greve estudantil da UEL veio também acompanhada com a ocupação dos prédios da Reitoria e do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) da universidade, onde os alunos do movimento grevista realizavam atividades educacionais sobre as consequências caso a PEC 241 (posteriormente PEC 55) e MP 746 fossem aprovadas. Na noite do dia 30 de novembro de 2016, após 40 dias de resistência, foi decidido o fim da greve estudantil da UEL por

meio de uma assembleia geral estudantil. As aulas nas escolas já haviam retornado no início desse mesmo mês, por conta dos pedidos de reintegração de posse.

Em Londrina, os alunos pibidianos² participaram ativamente das ocupações dos estudantes secundaristas, por meio de uma articulação para a realização de oficinas nas ocupações, promovendo, assim, intensas atividades culturais, científicas e cidadãs no decorrer da ocupação das escolas da educação básica e da greve da UEL. Em reunião geral com a coordenação do PIBID de Ciências Sociais, estabeleceu-se que cada pibidiano ficaria responsável por visitar uma ocupação em Londrina ou na sua própria cidade³. Dessa forma, durante o período de greve, foram construídos grupos de atuação nas escolas ocupadas que se localizavam mais próximas das residências dos membros do grupo, a fim de realizar oficinas que também serviram como forma de reposição de conteúdo de Sociologia, tendo em vista que Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) estava prestes a ser realizado, assim como o vestibular da UEL.

No retorno da observação das aulas, em 09 de novembro de 2016, a professora passou a utilizar com os terceiros e quartos anos de Química o livro didático baseado nas teorias de Anthony Giddens. Esse conjunto de aulas tinha como tema “Nações, Guerras e Terrorismo” e o objetivo dessa abordagem era ensinar a formação de Estados religiosos e o conceito de teocracia. Para a introdução desses conceitos foi utilizado o referencial teórico do sociólogo contemporâneo Anthony Giddens e as atividades propostas também giravam em torno do tema nações, guerras e terrorismo para entenderem o fenômeno recente do nacionalismo. Para sair do modelo tradicional de aula, foram realizados ciclos de debates após os alunos realizarem pesquisa prévia sobre grupos separatistas/extremistas, tais como: AL Qaeda, ETA, Boko Haram, O sul é meu país, entre outros. No terceiro ano de química, a professora trabalhou o sistema panóptico, de Michel Foucault, por meio do texto: “A microfísica do Poder”.

Nos dois últimos bimestres abordou-se a sociologia brasileira. Com introdução do conceito de democracia racial de Gilberto Freyre e posteriormente trabalhando com o autor Florestan Fernandes, com base no texto: “Integração do negro na sociedade de classes” e a desmistificação da democracia racial, também foi abordado o conceito de homem cordial

² Os alunos que são bolsistas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) costumam ser chamados de Pibidianos.

³ Muitos estudantes da UEL não residem em Londrina e também se destaca o fato de que a empresa Transportes Coletivos Grande Londrina (TCGL) cortou o passe livre tanto de estudantes da UEL quanto de estudantes secundaristas durante o período de greve, impossibilitando-os de ir e vir de ocupações que fossem muito distantes.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

presente na obra de Sérgio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, entre outros. Em dezembro, foram aplicadas atividades avaliativas sobre esses temas em formas de debate ou provas escritas. A professora transmitiu orientações sobre critérios avaliativos das provas de Sociologia.

Além das observações de aula, desenvolveu-se com o grupo do PIBID, ao longo de três meses, kits para a Semana Ciência e Cultura, os quais eram compostos por indicações de leitura, de filmes, e outros materiais tanto para os alunos que ministrariam oficinas como para os demais. O evento consistiu em uma semana de atividades interdisciplinares para marcar as atividades da Semana da Consciência Negra, que teve de ser realocada para o mês de dezembro por conta das greves e ocupações. A confecção desses kits que continham brincos, turbantes e acessórios preocupou-se em criar uma estética negra como empoderamento contra o racismo. Também foram realizadas oficinas sobre a amarração de turbantes e o uso de acessórios que remetiam à cultura negra.

LIÇÕES DO ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

No estágio é possível apreender muito conteúdo relacionado com a prática docente que não logra ser totalmente compreendido apenas por meio de teorias. Também é possível realizar reflexões sobre a juventude e suas multiplicidades. Trabalharam-se também apontamentos sobre o papel da escola como um meio de ascensão social. Seria a escola um instrumento de ascender socialmente ou mantenedora das desigualdades como já apontaram Bourdieu e Passeron (2014)?

No que tange aos acontecimentos não previstos, que aconteceram no decorrer das práticas de estágio, destaque-se que no ano de 2016 houve uma profunda crise institucional decorrente da crise política, causando um enfraquecimento das instituições, dentre elas a Escola, que foi muito afetada. No Paraná, em meados de outubro, o movimento Ocupa Paraná foi muito forte e chegou a contar com mais de 1000 (mil) escolas ocupadas por estudantes secundaristas. Um exemplo disto foi o fato de que, em meio às ocupações acontecendo em nível nacional, a mídia regional e nacional optou por não destacar tais acontecimentos, o Jornal Nacional, por exemplo, que é o jornal de telenotícias de maior audiência do país, optou por destacar a fila de fãs do cantor internacional Justin Bieber (que já estava se formando em forma de acampamento na frente do sambódromo na cidade do Rio de Janeiro para o show do artista previsto para 29 de março de 2017) em vez de noticiar as ocupações realizadas pelos estudantes secundaristas que estavam ocorrendo em todo o país.

Quando não invisibilizavam, criminalizavam as ocupações, tachando os secundaristas de bandido/as ou de massa de manobra de partidos de esquerda. Partia também dos políticos uma tentativa de deturpação dos movimentos em relação às suas reivindicações. Tiravam o sentido político dos protestos (MP746, PEC55, Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista) reduzindo-os às questões regionais.

Quando pensamos no significado do conhecimento para as diversas classes sociais, é necessário levar em conta que, nas classes menos favorecidas, frequentar a escola e construir o conhecimento significa uma preparação para o mercado de trabalho. Muitas vezes, o alunado não reflete sobre um futuro acadêmico e não entende muito bem o motivo de estar aprendendo determinados conteúdos, posto que é difícil assimilar algo que não apresenta um sentido para sua própria realidade. O mesmo processo não ocorre nas classes mais favorecidas, em que o alunado reflete sobre os conteúdos e ainda promove uma certa cobrança para o aprendizado, a fim de se preparar para os vestibulares. Quando se pensa nesse contexto da sociedade capitalista, relaciona-se tais influências com o interesse de sempre formar mão de obra, e todo o contexto da educação brasileira atual — elencado na primeira parte deste relato — destaca esse objetivo funcionalista da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos departamentos de Ciências Sociais, os bacharéis tendem a ser mais valorizados, de acordo com o que ocorre em outras áreas, com outros cursos que também oferecem dupla habilitação: bacharelado e licenciatura. Historicamente os professores estão sofrendo uma desvalorização de carreira. Diante disso, os profissionais pesquisadores (bacharéis) costumam ser mais valorizados socialmente, e também no interior da universidade, do que os profissionais licenciados, cujo foco concentra-se na docência. Diante disso, é necessário que os novos licenciados e bacharéis tornem-se profissionais que cultivem um perfil radicado no que se conhece como professor-pesquisador.

Destarte, é fundamental que os professores de todas as etapas exerçam a pesquisa para preparar suas aulas, em contrapartida também é fundamental que os professores do ensino superior, mesmo o que sejam apenas bacharéis, recebam formação docente adequada, pois a habilidade de realizar boas pesquisas não garante que o professor saberá ministrar uma aula de qualidade aos seus alunos. Sendo assim, o período de realização de estágio oferecido pela licenciatura é fundamental para a formação dos professores. Principalmente porque o estágio

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

propicia práticas de pesquisa, de organização e preparação de aulas e de atividades diversas que são realizadas no ambiente escolar e isso é fundamental para uma boa formação docente.

Durante o período de ocupação nas escolas e greve estudantil, também foi possível realizar uma reflexão acerca do modelo hierárquico de ensino e de práticas pedagógicas que ainda são muito tradicionais e radicadas no autoritarismo. Observar a experiência das ocupações juntamente com os secundaristas, sua forma de atuação e combate, seu engajamento, foi muito importante em meio a um cenário nacional tão desanimador e serviu de inspiração para vislumbrar novos meios de luta e resistência contra as formas de opressão que ainda se encontram tão presentes no cotidiano.

Deve-se valorizar a resistência desses/as jovens, principalmente porque a mídia tenta sempre invisibilizar esse tipo de acontecimento. Em síntese, destacou-se como marcante nesse período de estágio, concomitante a tantos acontecimentos sociais relevantes, que a luta pelo ensino de Sociologia deve ser abordada como força motriz da luta pelos direitos humanos, pela cidadania e pela democracia, uma vez que ainda não há a devida valorização da educação e da criticidade como aliadas aos princípios democráticos de acesso à educação e à própria democracia.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Sharon. Governo irá ajustar hora-atividade dos professores no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jan. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/governo-ira-ajustar-hora-atividade-dos-professores-no-parana-a5vvuc4iil1nlxzixah1hztjn7/>. Acesso em: 5 jul. 2019.

APP SINDICATO. **Professores(as) e funcionários(as) da rede estadual estão há dois anos sem reajuste salarial**. 31 jan. 2018. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/professores-e-funcionarios-da-rede-estadual-estao-ha-dois-anos-sem-reajuste-salarial/>. Acesso em: 5 jul. 2019.

BODART, Cristiano das Neves Bodart; SILVA, Roniel Sampaio Silva. Um “raio-x” do professor de sociologia brasileiro: condições e percepções. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 22, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235745/28585>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 5 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm. Acesso em: 7 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Publicado. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 7 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o ensino médio: conhecimentos de Sociologia**. Brasília: MEC: DPEM, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio: parte I bases legais**. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. Senado Federal. **PL nº1446/2011**. Estabelece a competência exclusiva para o ensino da Sociologia aos licenciados em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais. Brasília, DF: Senado Federal, 2011. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=503896>. Acesso em: 7 jun. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **PLC nº9/2000**. Altera o artigo 36 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 2000. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=43730>. Acesso em: 7 jun. 2019.

COLÉGIO ESTADUAL ALBINO FEIJÓ SANCHES. **Projeto político pedagógico**. Londrina, 2016. Disponível em: <http://www.ldaalbinosanches.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/18/1380/192/arquivos/File/PPP2016.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 7 jun. 2019.

FERREIRA, Wallace; SANTANA, Diego Cavalcanti de. A reforma do ensino médio e o ensino de sociologia. **Revista Perspectiva Sociológica**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 41-53, 1. sem. 2018.

FHC veta filosofia e sociologia no ensino médio. **Estadão**, São Paulo, 9 out. 2001. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fhc-veta-filosofia-e-sociologia-no-ensino-medio,20011009p33663>. Acesso em: 5 jul. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: GRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola 'sem'**

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PAPEL DOS ESTÁGIOS DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE E A CRISE DA EDUCAÇÃO

partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 17-34.

MELLO, João. Após protestos, Richa não vai fechar escolas no Paraná. **GGN**, 31 out. 2015. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/educacao/apos-protestos-richa-nao-vai-fechar-escolas-no-parana/>. Acesso em: 5 jul. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: o “Escola Sem Partido” e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/viewFile/25163/18213>. Acesso em: 7 jun. 2019.

MORAES, Amaury Cesar de. Ciência e ideologia na prática dos professores de sociologia no ensino médio: da neutralidade impossível ao engajamento indesejável, ou seria o inverso? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 17-38, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n1/v39n1a08.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

NUSSBAUM, Martha. Educação para o lucro, educação para a liberdade. **Revista Redescrições**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 2009.

PENNA, Fernando. Construindo estratégias para uma luta pela educação democrática em tempos de retrocessos. *In*: PENNA, Fernando de Araujo; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação democrática**: antídoto ao escola sem partido. Rio de Janeiro: LPP, 2018. p. 111-130.

SILVA, Ileizi L. F.; VICENTE, D. V. Quadro nacional dos docentes de Sociologia no ensino médio: desafios da formação docente entre textos, dados e contextos. **O Público e o Privado (UECE)**, v. 24, p. 36-47, 2014.

Recebido em 05/11/2017

Aprovado em 11/06/2018